

QUE HISTÓRIA ENSINAR EM MEIO À CATÁSTROFE? Antropoceno e Ensino de História

RICARDO VICENTE DA CUNHA JÚNIOR¹

<https://orcid.org/0000-0002-6311-6014>
junior.ricardojf@gmail.com

JOÃO VICTOR DE OLIVEIRA CALEGARI²

<https://orcid.org/0009-0002-5672-5214>
calegaripro@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva problematizar como o Antropoceno pode trazer implicações epistemológicas para pensar o currículo de história. Para tanto, buscamos situar nossas reflexões sob o signo do conceito de catástrofe, cujos significados e implicações para o ensino de história são discutidos ao longo do texto. Em nossa argumentação, situamos o debate sobre o Antropoceno para além do aspecto factual, mas como um marcador conceitual que requer a incorporação de novos modos de pensar a relação entre humano e não-humano (Turin, 2022), mobilizando a ideia de catástrofe. Diferente de uma concepção de algo ou evento que traz destruição, catástrofe serve como instrumento teórico (Leal e Gomes, 2020) para pensar os desafios representacionais oriundos desse contexto marcado pela necessidade de colocar em xeque as premissas teóricas herdadas da modernidade e que ainda influenciam o campo do ensino de história. Assim, o texto busca repensar as formas de representação curricular e histórica a partir de epistemologias capazes de deslocar a centralidade moderna do humano.

Palavras-chave: Ensino de história. Currículo. Antropoceno. Catástrofe.

WHAT HISTORY TO TEACH AMID CATASTROPHE? THE ANTHROPOCENE AND HISTORY EDUCATION

ABSTRACT

This article seeks to examine the epistemological implications of the Anthropocene for thinking about the history curriculum. To this end, our reflections are framed through the concept of catastrophe, whose meanings and implications for history teaching are discussed throughout the text. We approach the Anthropocene not merely as a factual condition, but as a conceptual marker that calls for the incorporation of new ways of understanding the relationship between humans and non-humans (Turin, 2022), drawing on the notion of catastrophe. Rather than being understood simply as an event or condition of destruction, catastrophe is mobilized as a theoretical tool (Leal & Gomes, 2020) for addressing the representational challenges that emerge from a context in which the theoretical premises inherited from modernity—and still influential in the field of history education—must be critically reassessed. In this sense, the article proposes a rethinking of curricular and historical representation through epistemological perspectives capable of decentering the

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Doutorando em História. Bolsista CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. Doutorando em História. Bolsista FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

modern primacy of the human.

Keywords: History Education. Curriculum. Anthropocene. Catastrophe

1. INTRODUÇÃO

A questão que intitula este texto, que em um primeiro olhar pode parecer alarmista, objetiva problematizar os dois significantes que a estruturam: ensinar história e catástrofe. Para cada um desses conceitos há uma polissemia de significados possíveis que nos levam a diferentes percursos reflexivos e analíticos. Antes de mais nada, evidenciamos ao leitor que se trata de uma indagação marcada por um posicionamento ético-político, isto é: assumimos o lugar do ensino de história enquanto espaço-tempo de pensar e construir conceitualmente formas de ocupar a temporalidade. Partimos da ideia de que o tempo enquanto categoria experiencial histórica não é natural ou neutro, mas designa formas de interpretação e organização que denotam determinado sentido a essa experiência (Hartog, 2023). Diante disso, operamos a ideia de catástrofe enquanto conceito histórico que assinala determinado modo de encarar uma mudança no curso da experiência de tempo, assumidamente contemporânea, isto é, “em meio à catástrofe” aponta para um acontecer presente e dinâmico.

Em um sentido difundido socialmente, catástrofe irrompe enquanto um substantivo que visa designar um evento/algo que provoca destruição e impacta uma coletividade. Contudo, buscaremos tratar da catástrofe como um significante que diz de um movimento não esgotado no evento. Apoiamo-nos no entendimento de Leal e Gomes (2020), que sinalizam que catástrofe pode ser

um movimento de estranhamento, de desfamiliarização, que pode envolver, aí sim, um acontecimento espetacular, mas que também pode se dar a qualquer momento em que nossas pontes cotidianas ruem, seja pela fricção com os outros mundos e tempos que fazem “nosso mundo”, seja pela própria fragilidade de sua constituição (Leal e Gomes, 2020, p. 44)

Com isso, é importante demarcar o recorte que daremos às discussões que seguem. O primeiro é que buscaremos tomar a ideia de Antropoceno como objeto de reflexão, considerando que, apesar das diferentes formas de periodização que orbitam esse conceito, sua apropriação ao campo da história desperta esse

estranhamento, sobretudo pela maneira como nos faz questionar acerca da própria disponibilidade da história (Turin, 2022) e, por conseguinte, de seu ensino. Afastando-nos de uma perspectiva fatalista de “fim da história”, assumimos que problematizar o modo como o Antropoceno repercute na experiência temporal exige considerar outros modos de ensinar história que não se limitam à definição do que ensinar, mas, em especial, sobre o que e como representar. Isso porque, como aponta Haraway (2023), é preciso ultrapassar a limitação do antropos que circunscreve essa categoria geo-histórica, expandindo as concepções que demarcam a relação entre humanos, terrestres e natureza.

Assim, o Antropoceno se insere em nosso trabalho como esse movimento que provoca a desfamiliarização e evidencia a fragilidade do que ainda é entendido como ato de ensinar história, disciplinarmente entendida como “pedagoga da nação”. Esse termo remonta ao papel social atribuído à história como uma disciplina que pudesse contribuir com a formação das identidades nacionais no contexto de surgimento e fortalecimento dos estados-nação no século XIX. Trata-se de um lugar social cristalizado e que serviu para conferir estabilidade disciplinar ao campo, cuja relevância estava em ensinar e forjar esses sujeitos a partir da experiência temporal marcada pela crença no progresso. Catástrofe, portanto, assume o significado de um desafio, de um transtorno, de uma alteração do/no curso linear desse discurso do progresso oitocentista.

A partir desses debates, o segundo recorte deste texto traz aquilo que entendemos por ensino de história a partir da relação com a noção de currículo. Tal escolha advém de uma visão de currículo como um enunciado que reflete e refrata realidades, portanto, um texto tecido dialogicamente e responsivamente (Bakhtin, 2011; 2017) em determinado tempo e espaço. Em confluência com Gabriel (2019), lemos o currículo a partir de seu sentido-verbo: um ato de percorrer que demanda formas de significar.

A partir desse recorte, nos distanciamos de uma lógica curricular circunscrita a conteúdos cristalizados a partir de um código disciplinar, para problematizar as possibilidades de representação que podem permear o espaço-tempo da aula de história. Ensinar assume, portanto, um sentido de representação. Por isso, a partir de Silva (2001) e Haraway (2023), trazemos indagações que podem ser entendidas

como ponto de partida para considerar como o Antropoceno desafia nosso entendimento de currículo e, por conseguinte, de ensino de história, retomando a indagação que intitula este texto.

2. ANTROPOCENO COMO CATÁSTROFE?

A ideia de que vivemos em uma nova época geológica marcada pela ação humana no ambiente vem ganhando força no debate científico nos últimos anos, demarcando a transição do Holoceno para essa nova era denominada Antropoceno. Tal proposta ganhou destaque ao ser utilizada pelo químico Paul Crutzen e o ecólogo Eugene Stoermer. O termo se popularizou no início do século, em especial a partir de publicações acerca da força que a humanidade possui para interferir na dinâmica do planeta, tal como a concentração de gases na atmosfera, como o dióxido de carbono (CO₂). Mudanças nominais de ordem geológica dependem de uma gama de elementos a serem debatidos pela comunidade científica, sobretudo por se tratar de um estudo que depende de fatores bioquímicos e geológicos. No entanto, em especial frente às mudanças de ordem climática, o conceito deixa de situar-se meramente no campo de um debate nominal e epocal para ganhar espaço na esfera política e pública. As preocupações crescentes desde meados do século anterior e que crescem à medida que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC - divulga novos dados sobre as mudanças que ocorrem no planeta fazem com que o Antropoceno se torne tema de discussão no campo das humanidades, como é o caso da história.

A discussão sobre esse conceito ganha força com a publicação do texto *O clima da história: quatro teses* de Dipesh Chakrabarty. No texto, o historiador indiano nos convida a pensar de modo mais amplo a nossa ordenação e divisão histórica, apontando a necessidade de renunciar a uma narrativa focada no humano, para pensar sua relação diretamente implicada com a história natural. Para ele, as mudanças antropogênicas no ambiente interferem nessa dicotomia humano x natureza, permitindo uma melhor compreensão dos impactos que as mudanças climáticas trazem para a historiografia. Com isso, abordar as mudanças climáticas em uma ótica interdisciplinar é um desafio às concepções tradicionais de produção do conhecimento, que usualmente pensam os campos disciplinares de forma

isolada, fragmentando a relação entre mundo social e natural. Desse modo, é preciso compreender a humanidade como espécie interconectada à natureza, cuja história e diversidade são fundamentais para analisar e compreender os diferentes impactos da crise climática global.

Lowande (2023), em um levantamento de publicações para analisar os discursos em torno do Antropoceno, nos mostra que a temática, desde os anos 2000, vem ganhando destaque em periódicos, tendo inclusive aqueles destinados aos estudos antropocêntricos. Foram encontrados mais de 1300 artigos publicados na base do *Web of Science*, com um perceptível aumento na segunda década dos anos 2000 (Lowande, 2023). No Brasil, o tema também tem gerado algumas produções, sendo o livro *Antropoceno: perspectivas historiográficas*, organizado por Rodrigo Turin e Walter Lowande, em 2024, um dos mais recentes exemplos. Devemos destacar ainda que, frente aos desafios e tragédias climáticas contemporâneas, a discussão sobre o clima, a natureza e as ações humanas também estão presentes no cenário político e na opinião pública.

Todavia, o que autores, como Turin (2022), vêm apontando é que o Antropoceno não é somente um fato, um conteúdo, um evento ou mesmo uma descoberta científica, trata-se de uma novidade que afeta diretamente a própria organização dos campos disciplinares com fronteiras bem demarcadas. Chakrabarty (2013), a partir da obra *The World Without Us* de Alan Weisman, explora a ideia de um mundo sem a presença humana. Weisman sugere uma experiência mental em que imaginamos a extinção humana como um fato consumado e nos leva a perguntar o que aconteceria com o mundo sem a nossa presença. Se a história moderna nasce dessa concepção do foco no humano e tem como elemento constitutivo a ideia de um passado, presente e futuro interligados pela experiência humana, como pensar a disponibilidade da história diante desse exemplo distópico apresentado por Chakrabarty? Para que, no limite do argumento, a história?

Essas indagações evidenciam a fragilidade da concepção moderna de história pautada em uma linearidade. Koselleck (2006) aponta que a modernidade inaugura a libertação do homem da tutela religiosa e absolutista, para projetar um futuro permeado pela lógica do progresso, que traz consigo a aceleração e o desconhecido. A aceleração, enquanto um novo conceito para lidar com a

temporalidade, impõe à experiência temporal a constante necessidade de adaptação a um presente disruptivo, abrindo um complexo horizonte de expectativa, não experimentável, mas, em certa medida, desejável, colocando a agência humana no centro das decisões e ações políticas voltadas a esse tempo projetado. Para além disso, nessa perspectiva, o tempo também assume uma dimensão espacial, já que essa “marcha” rumo ao progresso traz consigo a centralidade da história europeia, esvaziando de sentido outros modos de experiência temporal.

Para Turin (2018), essa noção moderna que vinha estruturando uma certa cientificidade e validade disciplinar parece não mais responder aos desafios contemporâneos, diante de um quadro que o autor denomina como de crise das humanidades. É nesse contexto que, segundo Pádua (2022), o Antropoceno “entra” na história enquanto possibilidade de responder a uma lacuna da contemporaneidade em lidar com o tempo e o espaço. Para o autor, modernidade e globalização, dois conceitos fundantes e centrais para a história contemporânea, não parecem mais ser suficientes para analisar as profundas transformações de nosso tempo, sobretudo a relação da história humana com as dinâmicas planetárias. Haraway (2023), de modo parecido, argumenta que o termo Antropoceno se tornou popular nos discursos científicos “no contexto de teorizar, modelar e gerenciar uma Grande Coisa chamada Globalização” (p. 85). Com isso, de acordo com Pádua (2022), o modo de analisar o Antropoceno na história, diferente da discussão geológica, demanda seu estudo de modo diverso e heterogêneo, considerando, por exemplo, as diferentes abrangências geográficas. Assim sendo, o Antropoceno se relaciona com uma ideia de catástrofe como figura de historicidade, à medida que faz colapsar ou limitar a familiaridade e a generalização do discurso temporal que moldou a modernidade europeia. Como apontam Leal e Gomes (2020):

[a]“catástrofe” se dá, portanto, quando uma probabilidade não se efetiva, quando o cálculo pragmático, espontâneo, mimético, ultrageneralizado que constitui nossa ação não cumpre suas expectativas, quando essa pequena aposta no futuro não se realiza. (Leal; Gomes, 2020, p. 36)

Dessa forma, a catástrofe sinaliza para uma alteração da ordem posta, revelando a impossibilidade de voltar ao mundo conhecido (Souza, 2023).

Entretanto, a simples limitação do Antropoceno enquanto um evento catastrófico, nessa perspectiva, se complexifica em função de sua própria periodização. Um marco de análise de mudanças da relação do planeta, presente em Pádua (2022), e também em boa parte da literatura sobre o tema, seria a primeira Revolução Industrial, que, além de aumentar significativamente o consumo, também é um período marcado pelo uso indiscriminado de combustíveis fósseis.

O Holoceno, período geo-histórico que demarca os últimos 11 mil³ anos, tem como uma de suas principais características uma certa estabilidade climática, que dentre outras coisas, permitiu um desenvolvimento do que chamamos hoje de civilizações. Não que não houvesse interferência humana no processo, os seres humanos sempre modificaram o meio ambiente em que viviam (Latour, 2020), mas isso se referia muito mais ao seu entorno. Essa seria uma das principais mudanças quando falamos de uma nova era. Hoje, os enredos e cenários possíveis não dependem de uma mudança local ou no entorno, porque o Antropoceno não diz mais de pequenas flutuações climáticas, mas de perturbações que mobilizam o próprio sistema terrestre (Latour, 2020). Com o fim dessa estabilidade climática, que de certa forma foi base para uma visão de progresso no modo de vida dos seres humanos ao longo dos anos, seria possível não pensarmos também em como esse fim altera os modos de escrita e do fazer historiográfico?

Essa questão acerca dos desafios da escrita da história não é recente ou advindo somente do debate sobre o Antropoceno. Hartog (2017) já anunciava que as transformações no modo de percepção do tempo colocavam em xeque aquilo que era um ente quase natural aos historiadores e ao seu trabalho: o tempo. Para o historiador francês a divisão temporal e de enredamentos de eventos em uma lógica temporal ocidental parece não dar conta mais de organizar os eventos passados diante da multiplicidade temporal que concorre no presente. Isso em decorrência dos avanços das tecnologias de comunicação, o desejo de afastamento dos eventos traumáticos do último século, a força do discurso capitalista que ganha força no século XIX e se estende por todo o século seguinte, fazendo a experiência do tempo parecer um eterno contínuo.

³ Para discussões mais amplas a respeito da “Idade da Terra”, indicamos o texto A.C. Tort; F. Nogarol. Revendo o debate sobre a idade da terra. *História da Física e Ciências Afins. Rev. Bras. Ensino Fís.* 35 (1), 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-11172013000100026>

Porém, a análise da crise da temporalidade mapeada por Hartog, fortemente marcada por uma crise da história moderna não tinha ainda como pressuposto o papel das mudanças climáticas, que serão preocupações que crescem ao longo dos anos 1960 e ganham o debate científico na década de 1990. Já na obra *Départager l'humanité: Humains, humanismes, inhumains*, ainda sem tradução para o português, o autor adiciona mais complexidade à discussão de temporalidade, colocando como fator indiscutível a interferência dos seres humanos no clima. François Hartog busca pensar em como podemos trazer essa discussão sem colocar os seres humanos como protagonistas únicos, excluindo as demais espécies e seres vivos.

Desse modo, o lugar do Antropoceno no campo das ciências humanas, como no caso da história, requer uma análise que rompa com a dimensão quantitativa dos dados utilizados pelo campo das ciências naturais para compreender o conceito enquanto algo que diz das próprias dinâmicas históricas. Pádua (2022) argumenta que ao final do século XX iniciou-se a comparação e o cruzamento de dados que revelam a ação humana como uma força geológica. Tais dados buscam evidenciar, por meio de gráficos e outras informações de natureza mais técnica, como o aumento da população e o consumo de energia, por exemplo, afetam diretamente o sistema terra, como é o caso da concentração de CO₂ na atmosfera.

Em que pese o conceito ter ganhado propulsão atualmente e as diversas chamadas jornalísticas apontarem para as mudanças climáticas em tom alarmista, a ideia de Antropoceno não representa ainda um consenso. Freyesleben (2023) sinaliza que o reconhecimento de que a Terra passa por mudanças que a fazem operar de modo diferente dos padrões do Holoceno ainda não é suficiente para tomar o Antropoceno como novo período geológico, já que há “dúvidas sobre a utilidade científica do reconhecimento do Antropoceno como unidade cronoestratigráfica” (p.148). Porém, Lowande (2023) aponta que, no caso da história, tomá-lo enquanto um conceito é algo realizado de modo mais “anárquico”, menos burocrático e ritualístico, tendo em vista que, diferentemente dos chamados estratigrafistas, “nós, historiadoras e historiadores, um período, época ou era histórica é definido de maneira muito mais subjetiva e mesmo anárquica, baseando-se em formas muito menos ritualizadas de convencimento de nossos

coletivos” (2023, p.6).

Esses aspectos relativos à periodização e à própria dimensão cientificista em torno do Antropoceno representam limites para interpretá-lo enquanto catástrofe, se mobilizarmos o sentido cristalizado do termo. Assim sendo, a assunção do Antropoceno na esteira do entendimento da catástrofe como movimento e experiência temporal, diz de um posicionamento ético-político. De igual modo, esse “não consenso” representa um limite para uma certa “disciplinarização” do conceito. Isso pode ser um dos motivos pelos quais a temática ainda não ocupa espaços de discussão pública acerca dos desafios impostos à disponibilidade da história. Ainda que seja um conceito que se revela com certa “clareza” na própria espacialidade e vivência cotidiana, o Antropoceno enquanto um significante, que requer outros significados de tempo, espaço, ensino e representação, não parece ainda conseguir se desvencilhar daquela epistemologia temporal construída na modernidade.

Nesse sentido, frente às mudanças atuais em curso, os estudos que se referem às mudanças no funcionamento do planeta e o modo como a agentividade humana altera/alterou o “cenário” tornam o conceito de Antropoceno, ainda que permeado por diversas críticas e outras possibilidades de nomenclatura, tema “da ordem do dia”. Freyesleben (2023) aponta que, mais do que um mero estudo de mudanças e à agência humana causadora das catástrofes ambientais, o que a história do Antropoceno nos coloca como um desafio é a dificuldade de abandonarmos a concepção do humano como o único protagonista da história do planeta, ainda que assuma esse protagonismo enquanto um de seus principais algozes. As velhas máximas modernas e a concepção de a história ser a ciência do homem no tempo, ocupada com as ações humanas, parece perder sentido diante da necessidade de considerar como o espaço, para além do tempo, traz implicações significativas para a escrita da história e, por conseguinte, seu ensino.

Estudar o Antropoceno em uma perspectiva inter e transdisciplinar requer o rompimento com uma ideia de “humanidade” como uma totalidade. Não que existam diferentes naturezas humanas, mas os dados quantitativos podem mascarar as desigualdades que são inerentes ao Antropoceno e às próprias dinâmicas históricas entre o norte e o sul global, por exemplo. De tal modo que os próprios limites do termo aparecem como outras possibilidades de leitura desse novo momento

histórico. Para Hartog (2024), ao mesmo tempo que o termo Antropoceno é consagrado pelas ciências humanas, também é recebido com certa cautela, demonstrando um crescimento rápido de termos alternativos – Capitaloceno, Plantationceno – reforçando a crítica de Haraway e inversamente a própria figura do Homem como sujeito histórico (2024). No fundo isso seria dar uma honraria a esse *anthôpos*, dando seu nome a essa nova era, quando na verdade deveria haver uma superação de dualidades como humanos e não-humanos, masculino e feminino, cultivando inter-relações e simbioses de um mundo em comum, em detrimento de um mundo em ruínas deixado por esse antropos.

Dentre os limites do termo Antropoceno, Haraway (2023) aponta oito objeções como uma forma de provocação àqueles que utilizam o conceito, tanto como narrativa, quanto época, defendendo que a espécie Homem não faz história e que, apesar de abrirem discussões extraordinárias, são restritivas para pensarmos sobre simbioses e redes ecológicas, ou mesmo nos microrganismos. A autora conclui sua enumeração afirmando que o conceito:

tem mais sentido e utilidade para intelectuais de classes e regiões abastadas. Não se trata de um termo corriqueiro para descrever o clima, o tempo, a terra ou o cuidado com o território em vastas áreas do mundo, especialmente – mas não só – entre os povos indígenas (Haraway, 2023, p. 94).

Isso posto, é importante frisar que o processo de escolha das terminologias influencia diretamente o modo de ver o contexto marcado pelas transformações provocadas pelas ações humanas no planeta, assim como seu marco inicial. Além disso, destaca-se novamente que pensar tal contexto histórico significa também refletir acerca de seus impactos sobre os humanos em diferentes espaços e tempos de vivência ou habitabilidade.

O que Haraway nos traz é a necessidade de problematizar “a pluralidade de mundos possíveis” (Freyesleben, 2023, p.153). Tal perspectiva requer, mais do que “vencer” o discurso de progresso que marcou a narrativa histórica no último século, reconhecer também que dentro dessa singular “humanidade” estão presentes pluralidades de agências que irrompem frente à narrativa ocidental do “homem moderno”. De igual modo, destituir a natureza desse lugar a ser dominado e que

está a serviço do homem. Conforme diagnóstico de Turin (2022), a ideia de um “mundo sem nós”, ou seja, um mundo onde os seres humanos não existam, ou pelo menos não tenham a mesma existência de agora, surge no cenário de imaginação futurista diante da combinação de fatores. Dentre eles, tem destaque a ideia de uma “natureza barata”, que aparece como sendo o ponto de desequilíbrio e provocador do modo como esse antropos se relaciona com a natureza. A ideia de um horizonte ilimitado para os humanos não é mais plausível com o nível de exploração atual da natureza. Essa espécie de fechamento de futuro, acoplado em uma hiperaceleração social e produção capitalista tecnológica crescente, converge para um “ponto de virada onde a imaginação falha e para o qual o próprio conceito de história se torna obsoleto” (Turin, 2022, p. 142).

3. ENSINO DE HISTÓRIA E ANTROPOCENO: QUAIS CAMINHOS PARA REPRESENTAÇÃO?

Klanovicz e Freyesleben (2024) buscam evidenciar que a temática do Antropoceno e das questões socioambientais carecem de estudos no campo do ensino de história, ainda que se consolidem como problemas historiográficos, seja a nível da educação básica, seja no nível superior de ensino. No campo das políticas curriculares, os autores sinalizam para um retrocesso da Base Nacional Comum Curricular em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Isso porque no segundo, ainda que de modo limitado, era possível inferir alguma dimensão socioambiental, enquanto a BNCC relega o tema para os campos das ciências naturais, reforçando a dicotomia natureza e humano.

Mais do que um diagnóstico de habilidades que evidenciem conteúdos a serem ensinados, a nossa problematização gira em torno de pensar acerca da própria possibilidade de representação histórica no âmbito do ensino. Uma vez que, conforme aponta Turin (2022), o Antropoceno instaura a necessidade de repensar formas de linguagem para tratar da relação entre humanos e não-humanos.

Por esse motivo, buscamos entender o ensino de história em uma chave de leitura do currículo como enunciado. Isso porque o enunciado, entendido a partir da filosofia da linguagem, é o modo como a linguagem se manifesta nos diferentes campos da atividade humana (Bakhtin, 2011). Assim sendo, o enunciado não é

somente um texto isolado, mas resulta das interações sociais situadas no tempo e no espaço. O currículo como enunciado, nesse sentido, é um ato discursivo e situado, atravessado por diferentes concepções e visões de mundo, inserido em um contexto de cadeias discursivas de construção de sentidos. Com isso, nessa chave de leitura, trata-se de um texto que não somente reproduz, mas constrói uma ideia de história.

Assim, pensar as formas de representação no ensino de história pode ser entendido como um imperativo ético que o Antropoceno institui para posicionar-se diante da catástrofe. É preciso reconhecer e enfrentar uma condição de habitabilidade da disciplina histórica, em que seja possível habitar e engajar-se com o/no mundo. Dessa forma, é preciso reorientar a máxima do ensino de história como campo de formação de um cidadão crítico e reflexivo, não a abandonando, mas questionando as premissas modernas que a orbitam. O que seria a criticidade pautada pela coexistência de tempos distintos (Turin, 2022) tendo em vista a dessincronização e os limites dos conceitos que alicerçaram a modernidade, tais como estado-nação, cidadania, progresso, civilização?

O caminho para um currículo de história diante da conjuntura de dessincronização, parece requerer um modo outro de ordenar esse enunciado político alinhado a uma dimensão de renovação. Significa assumir a precariedade, as lacunas, os limites e os territórios moventes que estão no cerne da própria constituição da disciplina história e, por conseguinte, seu ensino. Haraway (2023) aponta que é preciso:

renovar as potências biodiversas da Terra constitui o trabalho e a brincadeira da simpoiese do Chthuluceno. Diferentemente do Antropoceno e do Capitaloceno, o Chthuluceno é composto de estórias e práticas multiespécies contínuas de devir-com em tempos precários e arriscados, nos quais o mundo não acabou e o céu não caiu – ainda” (Haraway, 2023, p. 104).

A proposta de Haraway parece-nos interessante para pensar um currículo que avance em direções múltiplas, diversas, inter e transdisciplinares. A proposta de romper com uma realidade e uma ordem centrada no humano, seria a possibilidade de pensar a relação do humano-com a terra e da terra também como autônoma, como afirma a autora. Isso implica, necessariamente, modos outros de

representação no percorrer curricular de significação da história como objetivo de ensino. Representação essa que não se sustenta em uma linearidade voltada para o estudo de feitos e fatos pretéritos cujo único sentido está em forjar, de maneira frágil, as relações com o presente.

Se a própria ideia de continuidade parece irromper e os modos narrativos de ordenação temporal deixam de constituir o sentido da história, é preciso um novo ordenamento dessa representação, que ainda está amalgamado com sua gênese oitocentista. Segundo Haraway (2023):

aquilo que [se] costumava chamar de natureza irrompeu nos assuntos humanos cotidianos, e vice-versa, de tal maneira e com tamanha permanência que os meios e perspectivas de continuidade foram fundamentalmente alterados, incluindo a própria possibilidade de continuar” (Haraway, 2023, p. 75)

Fica explícito, portanto, que o contexto catastrófico traz consigo a possibilidade de habitabilidade, conforme a autora assinala quando se refere ao que chama de sexta extinção em massa. A representação histórica não se limita mais exclusivamente aos eventos humanos. Porém, mais do que um alarmismo paralisante, a proposta da autora, que inclusive intitula sua obra, é que fiquemos com o problema, entendendo que “nada está conectado a tudo; tudo está conectado a alguma coisa” (Haraway, 2023, p.58). Esse apontamento nos mostra que é preciso compreender como essas relações se estabelecem e, no argumento aqui defendido, a partir de quais premissas epistemológicas. Ainda que a pretensão de encontrar respostas para pensar essas representações possa ser uma tarefa desafiadora, amplia-se a necessidade de tentar estabelecer conexões que nos permitam entender as implicações que emaranham comunidades humanas com outras comunidades de seres vivos. Entretanto, continuar operando a partir de uma racionalidade moderna, que institui as bases de nossa disciplina, limita e [talvez] impossibilite entender e estabelecer os elos necessários com esse irromper da natureza nos assuntos humanos. Ao contrário de tentar fixar sentidos e mobilizar uma racionalidade centrada no humano, é importante que deixemos que as inquietudes reverberem e provoquem reflexões em torno de formas outras de representar a cidadania, a partir do agenciamento de sujeitos que possam habitar

esse novo tempo confuso, ou, nos termos de Haraway, tentacular.

Onde estaria, então, a resposta para pensar uma história ensinada que pudesse responder aos desafios que desestabilizam as certezas e que parecem muito mais desorganizar esse saber que vem sendo reformulado, pensado e debatido nas últimas décadas? Seria demasiado pretensioso encontrar uma resposta, dar a solução, afinal, o intuito aqui é muito mais expor as incertezas e dúvidas. Entretanto, poderíamos, de forma provisória e incipiente, apontar um caminho no qual os povos originários e seu modo de habitar pudessem oferecer algo que nos tirasse do estado de profundo vazio conceitual e referencial.

Viveiros de Castro (2015), no prefácio da obra *A queda do céu*, alude à ideia de um retorno a “nós mesmos”, no sentido de afastamento das cobiças coloniais para identificar, nas palavras de Kopenawa, uma teoria do lugar. E se, no lugar da linearidade, buscássemos na teoria do lugar outros modos de visualizar e habitar o tempo, considerando as epistemologias ancestrais e das comunidades tradicionais? Como afirma Krenak (2022), o futuro (seja lá o quê/qual for) é ancestral, pois é a partir das cosmovisões e ontologias ancestrais que poderemos buscar outros modos de habitar e ler o tempo, o espaço, a habitabilidade, a ancestralidade e a história.

Nesse sentido, ensaiar caminhos epistêmicos a partir do modo de representação e entendimento curricular da educação no campo, indígena e quilombola, parece ser um caminho profícuo, uma possibilidade de pensar-com. Diferente de uma linearidade e de anos/séries pautados no avanço, na avaliação, na capacidade de absorção de um saber enciclopédico, essas modalidades de ensino apontam para outro caminho, para formas outras de entender a legitimidade de um conhecimento digno de ocupar o espaço escolar. São saberes que perturbam a ordem (im)posta e desafiam a produção enunciativa de conhecimento.

No campo das teorias pós-críticas de currículo, em especial influenciado pela teoria *queer*, o enunciado curricular é entendido como aquilo que precisa perturbar a normalidade, o *status-quo*, o esperado, o moderno, a linearidade. Nessa perspectiva, o currículo é compreendido como um texto ou, em nossa concepção, como um enunciado. Enquanto tal, não possui um significado fechado e fixado, mas é fruto de um processo constante de produtividade da identidade e da diferença (Lopes, Macedo, 2011). Sendo assim, o currículo é também representação, isto é,

uma superfície na qual o conhecimento adquire sua forma significativa. No campo da representação, os significantes são produzidos discursivamente a partir da dimensão histórica e social, mas sem a pretensão de fechar os sentidos, pelo contrário, é na contingência que o fazer enunciativo se constrói.

Assim sendo, a linguagem como força produtora do currículo busca não somente nomear ou representar o real, mas trata-se de um jogo constante de significação, em que a própria realidade representada é também criada (Silva, 2001). Desse modo, o intuito da representação é, para além de produzir, fazer ver as relações de poder implicadas na elaboração do conhecimento.

Ancorados nessa perspectiva, o currículo, como um enunciado que representa, nos permite expor e questionar os códigos, convenções e artifícios envolvidos na construção de uma realidade por mecanismos de significação (Silva, 2001). Portanto, trata-se de uma discussão que nos permite entender esse texto (currículo) como

todas as coisas, pois ele é também aquilo que dele se faz, mas nossa imaginação está livre para pensá-lo através de outras metáforas, para concebê-lo de outras formas, para vê-lo de perspectivas que não se restringem aquelas que nos foram legadas pelas estreitas categorizações (Silva, 2019, p. 147)

Em um paralelo, seria pensar esse objeto estranho chamado currículo enquanto algo tentacular, não definido, mas inserido nesse emaranhado de teias, fios, estórias que pode forjar modos outros de habitar, imaginar e conscientizar-se pela/na/com a história. Todavia, talvez seja preciso forjar um currículo não somente acerca desse tempo e espaço antropocêntrico, que singulariza a humanidade e a coloca enquanto força central. É preciso tirar do Antropoceno sua potência em nos fazer pensar a catástrofe em um mundo não-humano, mas coabitado de maneira simbiótica com o humano. Com isso, tomar a relação multiespécie como eixo de leitura e de um acontecer curricular, requer que o planeta, lido sempre como cenário para as desventuras humanas, torne-se agora também protagonista. Como afirma Tsing (2019), “paisagens multiespécies são cenários de habitabilidade. Precisamos dessa coordenação para nos mantermos vivos [...] Precisamos dar vida às paisagens e torná-las protagonistas de nossas histórias” (2019, p. 114/115).

4. PALAVRAS FINAIS...

Em *O som do rugido da onça*, Micheliny Verunschik, em um misto e híbrido literário e histórico, narra a história de Iñe-e, uma menina miranha, e do menino juri, batizado Johann. Na obra, permeada por elementos da mitologia Miranha e de outros povos indígenas da Amazônia, as duas crianças indígenas são levadas para a Europa e expostas como retratos e faces do “Novo Mundo”. Porém, Iñe-e não é somente uma indígena, é também protegida da onça, esse animal ancestral, protetor das florestas. Após sua morte, a garota aprende que seu futuro, seu destino e sua existência estão diretamente ligados a esse felino mamífero protetor. No fim, Iñe-e torna-se Uaara- Iñe-e, a grande onça, cujo rugido irrompe o tempo, o espaço, chega a Europa, seu leito de morte, sua não-casa, o local onde busca os responsáveis pelo seu sofrimento.

O que essa breve síntese de um livro permeado de simbolismos, história e mitos pode dizer à nossa inquietação sobre as formas de representação histórica em meio à catástrofe? Ao se transformar em Uaara- Iñe-e, a onça, a jovem indígena compreende a importância do seu lugar, do seu habitar. Entende ainda que nas terras de seu nascimento está o seu destino, mas compreende igualmente que corpo, alma, lugar e tempo são uma coisa só, uma profusão que dá sentido a uma existência, ainda que marcada pela dor. Iñe-e não precisou das letras, da língua, da história para entender que sua vida estava diretamente ligada ao seu território. Não precisou, também, de nada disso para vivenciar a violência colonial, pois essa é indiferente à terra, ao saber ancestral e à alteridade.

Isso posto, a obra de Verunschik parece apontar para a análise de Turin (2022) sobre a necessidade de elaborar novas linguagens de representação temporal, espacial e histórica no Antropoceno. Linguagens que estejam atentas a novas representações da relação humano e não-humano. É isso que a obra da autora faz e provoca a pensar, quando envolve fontes históricas que estruturam uma história “oficial”, mas introduz as mitologias indígenas a partir de sua cosmovisão. Mas não uma cosmovisão marcada pela curiosidade, pelo exótico e diferente, mas por um modo de conceber a própria história enquanto lacunar e preenchida, ainda que contingente, pela ontologia indígena e ancestral.

Seria essa narrativa híbrida poética, o caminho metodológico de ensinar história no Antropoceno? Seria esse híbrido poético o caminho para ordenamento curricular desordenado, indisciplinado, com fronteiras que se rompem e experimentam novas representações, mas sem abdicar da tradição? Muitas questões, muitas inquietações, muitas incertezas, e gostaríamos de pensar positivamente nessas muitas frestas em aberto...

5. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Prefácio: o recado da mata. In.: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CERTEAU, Michael de. **A escrita da História**; tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da História: quatro teses. **Sopro**, vol.91, 2013.

FREYESLEBEN, Alice Fernandes. Frestas no Tempo e as Novas Agentividades Históricas no Antropoceno. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 71, n. 1, p. 146-173, abr. 2023.

GABRIEL, Carmen Teresa. Currículo de História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. P. 72-78.

HARAWAY, Donna. Pensamento tentacular: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In.: _____. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. São Paulo: N-1 edições, 2023.

HARTOG, François. Ainda cremos em História? In: **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

HARTOG, François. **Départager l'humanité: Humains, humanismes, inhumains**. Editions Gallimard: Paris, 2024.

KLANOVICZ, Jó; FREYESLEBEN, Alice. Os desafios do ensino de história no Antropoceno: os limites (in)cômodos da BNCC. In: TURIN, Rodrigo; LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo (Orgs.). **Antropoceno: perspectivas historiográficas**. Rio de Janeiro: PPGE UniRio, 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2022.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Tradução de Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEAL, Bruno; GOMES, Itania Maria Mota. Catástrofe como figura de historicidade: um gesto conceitual, metodológico e político de instabilização do tempo. In: MANNA, Nuno; VALLE, Flávio; BERTOLL, Rachel; MAIA, Jussara (org). **Catástrofes e crises do tempo**: Historicidades dos processos comunicacionais. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

LOPES, Alice Casimiro. e MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. A proposição historiográfica da Ciência do Sistema Terra: uma revisão das críticas à “metanarrativa do Antropoceno”. História da Historiografia: **International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2023.

PÁDUA, José Augusto. Localizando a História do Antropoceno: o caso do Brasil. In: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (orgs.) **Os mil nomes de Gaia**: do Antropoceno à idade da Terra. Rio de Janeiro: Machado, 2022.

RUSEN, Jorn. Razão histórica. **Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 2º ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUZA, Irisvaldo Laurindo de. Desastre e catástrofe: uma contribuição para os estudos literários. **Margens: Revista Interdisciplinar**, [S.l.], v. 17, n. 29, p. 37-53, jan. 2024.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TURIN, Rodrigo, LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. **Antropoceno: perspectivas historiográficas**. Org. Rodrigo Turin e Walter Francisco Lowande. 1ªed. Rio de Janeiro, RJ: NAU Editora, 2024. Coleção PPGH UNIRIO, v.5.

TURIN, Rodrigo. A catástrofe cósmica do presente: alguns desafios do antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: Angélica Müller; Francine Iegelski. (Org.). **História do tempo presente**: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV, 2022, v. 1, p. 141-166.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, vol. 24, n. 2, Maio/Ago. 2018, p. 195.

VERUNSCHK, Micheliny. **O som do rugido da onça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.